



EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA EXPERIÊNCIA-PILOTO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE OLINDA

ASSIS FILHO, José Pereira de.

Secretaria Municipal de Educação de Olinda. assis.filho25@yahoo.com.br

Introdução

No município de Olinda-PE, foi criada, em 2013, a Secretaria de Transportes e Trânsito (STT). Seu organograma contempla o setor de Educação para o Trânsito. Ambos estão ligados à Diretoria de Trânsito. Principalmente a partir daí, passou a existir por parte das autoridades municipais o entendimento de que somente através da educação é que problemas nas áreas da saúde, segurança e comportamento no trânsito poderiam ser minimizados e/ou solucionados. Desta forma iniciou-se um processo de educar para o trânsito. Mas salientamos que em tal processo não existia a colaboração de docentes ligados à Secretaria Municipal de Educação de Olinda (SEDO).

Segundo Martins (2007, p.19), “[...] é preciso humanizar a realidade do trânsito, corrigindo os erros com campanhas educativas bem conduzidas e direcionadas pelos diversos meios de comunicação, valendo-se de estratégias diversificadas.” Não obstante, a educação para o trânsito nunca esteve, de fato, inserida no currículo escolar. Sobretudo porque as campanhas abordadas no seio da escola dificilmente são ministradas por professores. Na maioria das vezes, são agentes de trânsito que, após passarem por processos de capacitação, orientam os estudantes. É importante notar que há muito se fala sobre a importância do trabalho com o tema do trânsito em todas as disciplinas do currículo ao longo do ano. Até porque não concordamos que a temática do trânsito continue restrita pura e simplesmente às regras de circulação e ao ensino da sinalização, quando existem inúmeras possibilidades de abordagens das quais podemos lançar mão para garantir uma mudança duradoura. (DETRAN, 2007)

Já na década dos anos 1990, reforçava-se a necessidade da realização de um trabalho dessa natureza no cotidiano da sala de aula e, nesse sentido, Ferreire (1993) já defendia que tal trabalho não deveria se restringir apenas a épocas de campanhas de prevenção à violência e de acidentes. A referida temática pode e deve se inserir no cotidiano da sala de aula todos os dias. Isso por envolver



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

direitos e deveres salutarés ao exercício da cidadania e porque devem ser manifestados de forma consciente pelas pessoas, inclusive como forma de respeito aos seus pares.

Mesmo cientes de que iniciativas voltadas à educação para o trânsito já vinham ocorrendo no município, continuávamos a sentir necessidade de superar os desafios de atrelar as temáticas do trânsito ao currículo, através do processo de ensino-aprendizagem. Não que a pretensão seja a de infiltrar a temática no currículo como uma disciplina isolada – pelo menos enquanto o Ministério da Educação (MEC) não estabeleça uma proposta curricular oficial nesse sentido. Contudo seria um tema a perpassar as relações e atividades escolares, buscando-se desenvolver as temáticas concernentes ao trânsito de maneira interdisciplinar – sobretudo por conta do que estabelece o artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), desde que entrou em vigor no ano de 1998. Atingir tal meta tem sido nosso grande intuito para o decorrer de 2016.

Em 2015, a Coordenadoria de Educação para o Trânsito, através da Gerência de Ensino (órgãos pertencentes ao governo do estado de Pernambuco e ligados ao DETRAN/PE) observou a possibilidade de criar uma rede de educação para o trânsito nos municípios com o trânsito municipalizado – e Olinda se enquadra neste caso –, com profissionais da educação que atuariam como agentes multiplicadores. A partir daí, estabeleceu-se uma parceria entre o DETRAN/PE e a Secretaria de Educação de Olinda (SEDO). Conseguimos implementar, no âmbito educacional, o Projeto Professor Amigo do Trânsito. Era o que precisávamos para, pelo menos de forma incipiente, tentarmos realizar um trabalho voltado à Educação para o Trânsito – em cumprimento ao CTB, em seu artigo 76 – e, a partir daí, tentar superar nossos desafios e atingir nossos objetivos. Como dizem Paula e Mendonça (2009), é importante que a escola estabeleça um diálogo profícuo entre os conhecimentos de mundo e os conhecimentos científicos. No tocante à educação para o trânsito, entendemos que os dois tipos de conhecimentos tendem a formar um cidadão com maiores possibilidades de conhecer e exercer seus direitos e deveres dentro da esfera social.

As Diretrizes Nacionais de Educação para o Trânsito (2009) valorizam e orientam que a temática seja trabalhada de forma transversal. Assim, contribuirá para a formação integral dos estudantes. Nessa perspectiva, orientam o trabalho de modo a explorar os seguintes critérios: convívio social, locomoção, comunicação e segurança do motorista, motociclista, pedestre, passageiro e ciclista.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Para Gullo (2000), é através das práticas educativas que o desenvolvimento de atividades ocorrerá e contribuirá para um trânsito mais humanizado e para a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Portanto, introduzir a temática do trânsito no currículo através do diálogo com os conteúdos programáticos das disciplinas dos anos iniciais do ensino fundamental é o nosso principal objetivo. Além dele, e como consequência do mesmo, esperamos proporcionar a aquisição de valores e manifestações de comportamento, por parte dos estudantes, que contribuam para o bom exercício da cidadania e para o respeito à vida.

Metodologia

Através de intervenções pedagógicas (oficinas, aulas e palestras), realizamos entre os meses de maio e julho de 2016 as devidas atividades para turmas dos anos iniciais do ensino fundamental de 04 (quatro) escolas da rede municipal e que mais adiante falaremos sobre o porquê da escolha das mesmas.

No mês de agosto encerrou-se o período de vivências das atividades nas escolas. Em setembro, acontecerá a culminância, durante o Seminário de Educação de Trânsito, com apresentação dos resultados do projeto e serão premiados os três professores/coordenadores da Rede que lograrem maiores êxitos em suas ações educativas, considerando os critérios de *destaque*, *quantitativo* e *percentual* de estudantes alcançados. Haverá, na Feira de Educação de Trânsito, um espaço para divulgação de todo o trabalho de Rede, através de painel exposto no stand do DETRAN/PE.

Além da execução das atividades nas escolas, tivemos que enviar três relatórios mensais, incluindo o registro fotográfico das atividades desenvolvidas. Como exigência do DETRAN/PE, deveríamos abranger, durante a realização de todo o projeto, um mínimo de 200 estudantes. Vale salientar que ultrapassamos tal quantitativo, chegando a pouco mais de 800 estudantes.

Tínhamos a liberdade de escolher as escolas e as turmas. Em se tratando de um projeto-piloto, escolhemos 04 escolas da rede que se situam perto de avenidas com considerável movimento de veículos. São elas: 1. Escola Dr. José Mariano; 2. Escola Dom Azeredo Coutinho; 3. Escola Sara Kubitscheck; e 4. Escola Santa Teresa.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Resultados e discussão

Hoffman (2000) aponta para a necessidade de se discutir sobre a educação para o trânsito, uma vez que o CTB passou a considerar o sistema viário não apenas como vias, placas e normas de legislação, mas relacionou tal contexto ao comportamento das pessoas. E, para nós, ficou clara a mudança significativa no comportamento do grupo discente, pois, já no mês de julho, percebemos que os estudantes participantes do projeto demonstraram mais maturidade que no começo das atividades nas quatro escolas. Maturidade no sentido de enfrentar situações cotidianas que, porventura, exigissem iniciativa, criatividade, visão crítica da realidade e, principalmente, no tocante a um melhor tratamento dado às pessoas de seu cotidiano. Notamos, também, reciprocidade no que tange ao respeito pelas dificuldades dos colegas – de expressão de ideias em público, por exemplo –, bem como um maior interesse pelo estudo das disciplinas. Salientamos que durante nossa atuação, procuramos sempre respeitar as diferenças individuais e o tempo de aprendizagem dos educandos.

A partir das atividades e consequentes discussões, cada estudante compreendeu que, para diminuir riscos e prejuízos causados aos condutores, passageiros e pedestres – além de evitar acidentes de um modo geral no trânsito –, devem-se utilizar os itens de segurança para a prática de uma direção defensiva, bem como pautar-se sempre por uma postura ética. Corroborando com tais perspectivas, resultados muito importantes decorreram da acirrada discussão que fomentamos, na tentativa de desconstruir a inversão de valores que tendem a priorizar a “esperteza” e desqualificar a “prudência”. Concordamos com Faria e Braga (1999), que apontam para a importância de os professores orientarem a respeito de como se comportar no trânsito, utilizando a persuasão e outros métodos mais justos e eficazes para garantir sua obediência/disciplina, na perspectiva de minimizar os acidentes.

O fracasso na aprendizagem acaba por evidenciar que as metodologias, as estratégias, os recursos didáticos e outros aspectos do processo de ensino-aprendizagem não têm se mostrado eficientes na promoção de um aprendizado significativo. Faz-se necessária, portanto, a introdução de formas alternativas de ensino, na tentativa de se garantir oportunidades benéficas aos estudantes, principalmente pelo fator motivacional e facilitador do processo de ensino-aprendizagem. (MARTINS; VERDEAUX; SOUSA, 2009). Neste sentido, entendemos que o projeto vivenciado apresenta-se, sim, como uma boa proposta de práticas educativas, inclusive porque conseguiu mobilizar positivamente – após um primeiro momento de resistência do grupo docente – o ânimo e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

os planejamentos das professoras envolvidas e enriquecer o trabalho das disciplinas ministradas com base no currículo escolar.

Afirmamos que a parceria entre as instituições (SEDO e DETRAN/PE) contribuiu sobremaneira não só para a aprendizagem, mas também para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a formação do cidadão. Sendo assim, é necessário que o projeto deixe de ser uma experiência-piloto e adquira maior dimensão para 2017, pois, dessa forma, estaria garantida a educação para o trânsito realizada de fato no âmbito educacional – e pelos professores.

Conclusões

Não queremos, aqui, menosprezar a atuação dos profissionais de trânsito e sua contribuição para um projeto desta natureza. No entanto, os processos de ensino-aprendizagem realizados na e para a escola devem ter a participação e atuação plenas dos principais atores do contexto escolar e, para sermos mais específicos, da sala de aula: estudantes e professores.

Muitas coisas importantes nos chamam atenção e nos enriquecem como profissionais da educação que somos. E algo muito gratificante é a possibilidade de perceber que a educação para o trânsito é uma realidade social aberta às possíveis influências positivas e/ou negativas oriundas dos seres humanos. Logo, em concordância com Vasconcelos (2001), acreditamos que é no espaço público onde se estabelecem as relações interpessoais e, através destas, poderão existir ações harmoniosas ou conflitantes.

Deste modo, devemos nos conscientizar de que a transmissão de informações, a construção de conhecimentos e positivos exemplos são deveres de todos nós: pais, professores e de qualquer cidadão que participa e atua em sociedade. Porém, um dos primeiros passos é a realização de ações pedagógicas profícuas, de modo a promover a educação para o trânsito, cumprindo assim o CTB.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.503, de 20 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 set. 1997. Retificado em 25 set. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm> Acesso em: 27 mar. 2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL. **Diretrizes Nacionais de Educação Para o Trânsito.** Texto de Juciara Rodrigues; Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito. Brasília, 2009.

DETRAN. **Educação para o Trânsito na Escola:** caminhos possíveis. Disponível em: <<http://www.vivamais.rs.gov.br/upload/artigo>> Acesso em: 20 ago. 2007.

FARIA, E. de O.; BRAGA, M.G.C. **Propostas para minimizar os riscos de acidentes de trânsito envolvendo crianças e adolescentes.** Ciência & Saúde coletiva, 1999, v.4, n.1, p. 95-107. Disp.em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381231999000100008&lng=pt&nrm=iso&ting=pt Acesso em: 20 jul. 2016.

FERREIRE, Nilda Teves. **Cidadania:** uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. **“Violência urbana: violência na perspectiva da antropologia social”.** Revista da Associação Brasileira de Acidentes e Medicina de Tráfego. São Paulo, 2000.

HOFFMAN, Maria Helena. **Áreas de intervenção da psicologia do trânsito.** Alcance (Psicologia), Itajaí, n. 2, 2000.

MARTINS, João Pedro. **A educação de trânsito:** campanhas educativas nas escolas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTINS, R.L.C.; VERDEAUX, M.F.S.; SOUSA, C.M.S.G.A. **Utilização de diagramas conceituais no ensino de física em nível médio:** um estudo em conteúdos de ondulatória, acústica e óptica. Revista Brasileira de Ensino de Física, v.31, n.3, p. 3401-12, 2009.

PAULA, Ercila Maria Angeli Teixeira de; MENDONÇA, Fernando Wolff. **Psicologia do desenvolvimento.** 3.ed. Curitiba: IESDE, 2009.

RODRIGUES, Juciara. **Motorista e Pedestre:** pessoa a passo conquistando seu espaço. Belo Horizonte: Formato Editorial, 1999.

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara. **Transporte Urbano, espaço e equidade:** análise das políticas públicas. São Paulo: Anhamblume, 2001.